

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT

Projeto:	Modelo de Governança de TI do SISP
Documento:	Sumário Executivo do Levantamento de dados realizado junto aos órgãos do SISP
Termo de Cooperação:	Acordo de Cooperação Técnica FUB/CDT e MP/SE/DTI - Concepção, Instrumentalização e Operacionalização de Processos Avançados em Gestão de TI

1. Introdução e objetivos

Este documento tem como objetivo apresentar uma síntese dos resultados observados durante a análise dos dados coletados junto a uma determinada amostra dos órgãos do SISP, na qual pretendeu-se identificar as práticas de governança de TI empreendidas por esses, bem como os fatores condicionantes – internos e/ou externos – que influenciavam na execução dessas práticas.

Os achados aqui descritos servirão como insumos para a elaboração do Modelo de Governança de TI do SISP, previsto na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC), vigente para o biênio 2014-2015.

Informações mais detalhadas acerca do levantamento realizado junto aos órgãos que compõem o Sistema podem ser observadas no documento – RT Levantamento Realizado Junto aos Órgãos do SISP –, elaborado pelo Grupo Técnico de Elaboração do Modelo de Governança de TI do SISP.

Esse documento está estruturado nos seguintes tópicos:

- Introdução e objetivos;
- Contextualização;
- Achados de pesquisa.

2. Contextualização

O levantamento dos dados foi realizado por meio de um questionário estruturado, aplicado aos dirigentes de TI dos órgãos do SISP, no período de 24/11/2014 a 05/01/2015, o qual buscou identificar as práticas e os condicionantes de governança de TI nesses órgãos. As práticas foram compreendidas como elementos chave da governança de TI; e os condicionantes como fatores – internos e/ou externos – que influenciavam a realização das práticas – favorável ou desfavoravelmente. O questionário foi elaborado a partir de uma extensa revisão literária sobre o tema e, contemplou 10 (dez) práticas de governança de TI e 63 (sessenta) condicionantes para as práticas elencadas.

O questionário foi aplicado de forma presencial em 16 (dezesesseis) órgãos e de forma remota em 71 (setenta e um) órgãos, totalizando, 87 (oitenta e sete) órgãos pesquisados. A abordagem remota não abrangeu o questionário completo, excluindo as perguntas relacionadas aos condicionantes das práticas de governança de TI, a fim de minimizar a extensão do questionário, alcançando, assim, um maior número de respondentes, visto que o preenchimento foi opcional. Ao final da etapa de validação dos dados coletados, apenas as informações de 1 (um) órgão foram desconsideradas para análise dos resultados, pois não possuía a identificação do respondente.

Os critérios de seleção da amostra, para que representasse a heterogeneidade dos órgãos pertencentes ao Sistema e fosse proporcional à distribuição real da classificação dos órgãos no SISP, considerou fatores como maturidade em governança de TI, complexidade organizacional e importância estratégica da instituição no Governo Federal.

3. Achados de pesquisa

De acordo com a percepção dos respondentes, todas as práticas apresentadas, calculando-se a média aritmética simples, foram consideradas “relevantes” ou “muito relevantes” para a governança de TI como um todo. Merecem destaque as práticas “Alinhamento Estratégico” (P02), “Comitê de TI” (P06) e “Envolvimento da Alta Administração com iniciativas de TI” (P09), que foram consideradas as mais relevantes

entre as 10 (dez) práticas elencadas. Em contrapartida, as práticas “Conformidade do ambiente de TI” (P04) e “Riscos de TI” (P01), receberam as menores percepções de relevância entre os respondentes.

Analisando a percepção dos respondentes, quanto à existência das práticas de governança de TI em suas organizações, observou-se que, de acordo com a média aritmética das respostas, a maioria das práticas (70%) encontra-se em nível “inicial” de existência. Ou seja, a prática existe de maneira intuitiva, sendo utilizada e/ou fomentada por alguns indivíduos da organização apenas em situações específicas, sem métodos repetíveis ou formalizados. As 3 (três) únicas práticas de governança de TI que se situaram em nível “intermediário” (30%), existindo, portanto, de forma repetível, foram: “Comitê de TI” (P06), “Alinhamento estratégico” (P02) e “Envolvimento da alta administração com iniciativas de TI” (P09). A prática que recebeu o menor índice de existência foi “Riscos de TI” (P01).

Com relação a essas duas percepções apresentadas para as práticas de governança de TI – quanto à relevância e à existência –, percebeu-se uma correlação entre ambas, de forma que as práticas de governança de TI que se destacaram como mais relevantes, também foram as que se destacaram com um melhor nível de existência no âmbito das organizações dos respondentes.

Já analisando os resultados obtidos para os condicionantes das práticas, todos foram considerados “relevantes” ou “muito relevantes” pelos dirigentes de TI, a exceção do condicionante “Segregação das funções dos comitês TI (estratégico e executivo)” (C42), o qual foi considerado, na média, como “pouco relevante”. Não houve nenhum condicionante considerado “irrelevante”. Ressalta-se que alguns condicionantes foram considerados “muito relevantes” por unanimidade dos dirigentes de TI, demonstrando que são fatores que influenciam fortemente na realização das práticas de governança de TI. São eles: “Decisões que envolvem a definição das necessidades de investimento de TI devem ser tomadas envolvendo várias partes da organização (como representantes da alta administração, das áreas de negócio e da TI)” (C33); e “Visão da alta administração de que a TI é um parceiro estratégico para o negócio” (C17), relacionados às práticas “Especificação dos direitos decisórios sobre a TI” (P03) e “Alinhamento Estratégico”

(P02), respectivamente.

Quanto à percepção de existência dos condicionantes, calculando-se a média aritmética simples, a maioria dos condicionantes (69%) foi pontuada em nível “inicial” de existência. 22% dos condicionantes foram considerados com nível “intermediário” e 9% dos condicionantes, “inexistentes”. Não houve nenhum condicionante em nível “avançado” de existência. O condicionante que obteve o melhor resultado quanto à sua existência foi o de “Formalização de planos de TI (PETI e/ou PDTI)” (C21). De forma oposta, os condicionantes com piores resultados, entre os níveis “inexistente” e “inicial” foram: “Cultura organizacional em análise de viabilidade de investimentos” (C47); “Práticas organizacionais de gerenciamento de nível de serviço” (C19); “Capacidade de mensuração dos benefícios (efetividade) dos investimentos realizados em TI” (C48) e “Práticas organizacionais de gestão de pessoas por competências” (C54).

Ainda quanto aos condicionantes, identificou-se um conjunto significativo de condicionantes do mesmo tipo (gestão, cultura, etc.), os quais se repetem em diferentes práticas de governança de TI. Os 3 (três) grupos que se repetem com maior frequência são os relacionados à gestão de TI, à cultura e à alta administração.

Também analisou-se a relevância e a existência da prática de compartilhamento de conhecimento e recursos (informação, serviços, infraestrutura, aplicativos e pessoas) entre os órgãos do SISP. Identificou-se que, apesar dessa prática ser considerada “relevante” pelos respondentes, ainda é pouco praticada no âmbito do Sistema, estando em estágio “inicial”.

Ainda com base na análise dos dados coletados junto aos órgãos do SISP, identificou-se que a maioria dos órgãos respondentes (57%) entende que a melhor abordagem para a institucionalização do Modelo de Governança de TI do SISP seria a disponibilização de um guia de governança de TI (com caráter orientativo) e de uma política de governança de TI (com caráter normativo). 30% dos órgãos optaram somente pela disponibilização de um Guia e 13%, somente por uma política.